



Trabalhadores do Barataria Canning Company, Lewis Hine (1874-1940), Mississippi, EUA, 1911.

A integração avícola catarinense: o trabalho precarizado oculto na contratualização

The Brazilian poultry integration:
precarious work hidden in the contracting

Edivane de Jesus*

Resumo: Este artigo é fruto de pesquisa que teve por objetivo analisar, dentro de uma perspectiva crítico-dialética, o sistema de integração na produção de aves no oeste catarinense, particularmente relativo ao processo de trabalho e a relação contratual entre avicultores integrados e a agroindústria Sadia. Aqui analisamos a relação da produção integrada de aves no oeste catarinense com a agricultura familiar, fazendo um paralelo com as análises marxianas acerca da relação manufatura e trabalho a domicílio, buscando evidenciar que o trabalho familiar no sistema de integração não é apenas forma de extração de mais-valia pelo capital, como também tende a atualizar formas agressivas e brutais de aumentar a produtividade do capital através de maior espoliação do produtor, isto é, do trabalhador e sua família, sob a aparência de uma relação contratual moderna, na qual vigora a figura jurídica da parceria de modo a ocultar a precarização.

Palavras-chave: trabalho; precarização; agroindústria; avicultura familiar; sistema de integração.

Abstract: This article is based on research that aimed to analyze, in a critical-dialectical perspective, the integration system in poultry production in the west of Santa Catarina, specifically about the labor process and the contractual relationship between integrated aviculturist and the agribusiness Sadia. Here we analyze the relationship of integrated poultry production in western Santa Catarina with the family farm, making a parallel with the Marxian analysis of the relations between manufacture and work at home, seeking to show that the family work in the integration system is not only form of extracting more surplus value by capital, but also tends to upgrade aggressive and brutal forms to increase capital productivity through increased dispossession of the producer, i.e. the worker and his family, under the guise of a modern contractual relationship, in which prevails the legal form of partnership so as to hide precarization.

Keywords: work; precarization; agribusiness; family poultry; integration system.

* Assistente social, mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e servidora pública no setor de Serviço Social do Instituto Nacional de Seguridade Social de Santa Catarina (INSS/SC). *Correspondência:* Rua: Sete de setembro, n. 67, apto. 12. Bairro Centro, CEP: 89560-000 – Videira/SC. E-mail: <edivanejesus@hotmail.com>.

Um dos fenômenos mais importantes do final do século XX e início do século XXI refere-se ao lugar que a esfera financeira conquistou no processo de acumulação capitalista. Tecido como uma alternativa do capital ao quadro da crise econômica mundial da década de 1970, esse lugar privilegiado foi engendrado através da abertura do comércio mundial, em especial do comércio de dinheiro, títulos, negócios da dívida e papéis financeiros, produzindo como resultado um amplo processo de fortalecimento do capital financeiro¹ como centro de comando da economia. Conforme já sinalizava Marx, ao passo que as múltiplas dimensões do sistema são afetadas pela crise, o capital vê a necessidade de se reestruturar, buscar alternativas para se fortalecer e conter a tendência à queda da taxa de lucro.

Uma das consequências deste processo é a intensificação da centralização do capital, uma vez que a financeirização desencadeou um processo mundial de fusões engendradas por investidores financeiros e conselhos de grandes companhias. Permitiu, deste modo, que grupos industriais aumentassem sua participação no mercado mundial, mesmo em conjunturas de crise. Financeirização e centralização do capital aparecem, assim, enquanto implicações da crise estrutural vivenciada pelo capital.

Grandes fusões têm acontecido no mundo corporativo nos mais diversos setores da economia e o Brasil se encontra plenamente integrado a esta tendência. A recente aprovação da fusão da Sadia e da Perdigão, que deu origem ao grupo Brasil Foods (BRF), é um dos exemplos de grandes grupos corporativos que se unem no intuito de multiplicar os lucros e aumentar seu poderio no mercado cada vez mais competitivo em tempos de mundialização do capital.

A união entre Sadia e Perdigão foi aprovada pelo Conselho de Administração de Defesa Econômica (CADE) em julho de 2011. O negócio entre as duas companhias foi fechado ainda em maio de 2009, mas somente em 2011 recebeu autorização do órgão.² A fusão, considerada a maior da história do CADE, faz surgir a 3ª maior exportadora do país e um dos maiores complexos industriais do mundo. A nova companhia conta com 116 mil trabalhadores diretos e cerca de 19 mil produtores integrados, sendo que nasce como a décima maior empresa de alimentos da América, com uma receita líquida superior a R\$ 23 bilhões. (CAMILO, 2009).

Nesse contexto o *sistema de produção integrada* despertou nosso interesse de pesquisa. Este sistema, que envolve um grande contingente de produtores no oeste catarinense, se constitui como eixo produtivo fundamental das agroindústrias, e particularmente no que se refere à produção avícola, é responsável pelo suprimento de toda a “matéria-prima” proces-

¹ Concentração da produção; monopólios que resultam da mesma; fusão ou junção dos bancos com a indústria: tal é a história do capital financeiro e daquilo que este conceito encerra (LÊNIN, 2008, p.47).

² No dia 13 de julho de 2011 o CADE, aprovou com restrições a fusão entre Sadia e Perdigão. (CORREIO DO ESTADO, 2011).

sada. A produção avícola integrada surge nessa região em meados da década de 1970, pioneiramente implantada pela Sadia, sendo aderida posteriormente por todas as empresas do ramo. Aparece como um dos reflexos da modernização no campo e como uma estratégia bem sucedida destas empresas na obtenção de matéria-prima abundante, de qualidade, a custos irrisórios.

Considerando que a referida expansão da financeirização não pode ser compreendida sem o contraponto do significado de tal expansão para a classe trabalhadora, e também que a cada dia o setor agrícola tradicional se integra de maneira mais acentuada as modernas formas de produção e acumulação capitalista; e considerando ainda a importância que a produção integrada tem na economia da Região Oeste de Santa Catarina e mesmo do país, buscamos desvendar esse processo por meio da análise de seus determinantes fundamentais.

O estudo bibliográfico-documental (JESUS, 2010), com utilização de pesquisa de campo aplicada, qualitativa, teve como sujeitos centrais da pesquisa os (as) pequenos avicultores integrados à agroindústria Sadia.³ Essa empresa, antes da concretização da fusão, possuía só no oeste de Santa Catarina, aproximadamente 6.000 produtores integrados. Mediante contratos de parceria, estes produtores ainda realizam o processo de terminação dos animais e são responsáveis por suprir a totalidade da matéria-prima de que a agroindústria necessita. A pesquisa de campo consistiu no levantamento de dados por meio da realização de entrevistas semiestruturadas, composta de questões abertas com 10 pequenos produtores de aves integrados à agroindústria Sadia, no oeste catarinense, um ex-funcionário da empresa em questão e um membro da FETRAF-SUL.⁴

Para os limites deste artigo, vamos tratar de analisar a relação da produção integrada de aves no oeste catarinense com a agricultura familiar, fazendo um paralelo com as análises marxianas acerca da relação *manufatura e trabalho a domicílio*, buscando evidenciar que o trabalho familiar no sistema de integração não é apenas forma de extração de mais-valia pelo capital, como também tende a atualizar formas agressivas e brutais de aumentar a produtividade do capital através de maior espoliação do produtor, isto é, do trabalhador e sua família. Estas formas permitem extração de mais-valia absoluta e relativa combinadas com remuneração abaixo do valor real da força de trabalho, sob a aparência de uma relação contratual moderna, onde existem parceiros e empreendedores e não trabalhadores superexplorados e capitalistas.

³ A fusão entre Sadia e Perdigão, até agora não implicou na modificação da essência do sistema de integração, que nos propomos a analisar. Portanto, consideramos que nossa análise ainda seja suficiente para explicar a realidade da integração no oeste de Santa Catarina.

⁴ "A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil (FETRAFSUL) está organizada em 22 microrregiões, congregando 93 Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar, em toda a Região Sul." (FETRAFSUL, 2010).

1. Desenvolvimento

Dissemos que a financeirização conquistou lugar de destaque no processo de acumulação capitalista que se constituiu no fim do século XX e se consolida no tempo presente. É preciso esclarecer, todavia, que muito embora seja a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social da riqueza, “é na produção que se cria riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações.” (CHESNAIS, 1996, p. 15).

De partida, essa informação é fundamental para que não percamos de vista que o dinheiro só se transforma em capital, com a capacidade de crescer valor, mediante produção capitalista. Neste sentido, Marx (2008), ao analisar o capital portador de juros como início desse processo que se aprofunda na contemporaneidade, esclarece:

Dinheiro – considerado aqui expressão autônoma de certa soma de valor, exista ela em dinheiro ou em mercadorias – pode na produção capitalista transformar-se em capital, quando esse valor determinado se transforma em valor que cresce, que se expande. É dinheiro produzindo lucro, isto é, capacitando o capitalista a extrair dos trabalhadores determinada quantidade de trabalho não-pago – produto excedente e mais-valia – e dela apropriar-se (MARX, 2008, p. 453).

Assim, desmistifica-se o processo de fetichização do dinheiro, o qual lhe atribui capacidade própria de gerar valor, situando a mundialização do capital e a financeirização como processo mágico, desvinculado da produção capitalista.

Uma das principais consequências da mundialização é o aprofundamento das desigualdades entre os países e uma maior concentração de poder econômico em corporações mundiais, onde “as novas formas de gerenciamento e controle, valendo-se de complexas modalidades de terceirização, visam a ajudar os grandes grupos a reconciliar a centralização do capital e a descentralização das operações, explorando as possibilidades proporcionadas pela teleinformática e pela automatização.” (CHESNAIS, 1996, p. 33).

Desta forma, não apenas se vincula como também opera o aumento da distância cada vez maior entre concentração de riqueza de um lado e aumento expressivo da pobreza de outro, agravando as expressões da questão social. A produção mundializada é também desterritorializada e potencializada por condições/relações de trabalho cada vez mais precárias, com baixos salários, com a fragmentação da classe trabalhadora e o desmantelamento de suas organizações políticas, investindo-se também em locais onde a matéria-prima seja abundante e de menor custo. A flexibilização nas formas de organização da produção, gerou, em contrapartida, uma heterogeneidade de trabalhadores – formais, informais, parciais, ter-

ceirizados, desempregados, subempregados, “empreendedores”, diaristas – ou, como afirma Antunes (1997), que neste contexto a constituição da classe trabalhadora se complexifica e se fragmenta.

Localizamos nesse cenário o sistema de produção integrada do oeste catarinense. De acordo com Campos (1987), no Brasil, a expansão das agroindústrias, que tem início com a Sadia, se dá sob o signo do capital internacionalizado, voltada especialmente à exportação. Santa Catarina lidera as exportações de carnes e suínos desde o final da década de 1970, abrigando o maior complexo de produção, abate e transformação de carne suína e de aves do Brasil e da América Latina, sendo que as atividades agrícolas e agroindustriais predominam, ao passo que os demais setores da economia da região oferecem poucas oportunidades de emprego e com frequência estão associados à prestação de serviços, insumos, tecnologia e subsídios ao desenvolvimento da atividade agroindustrial. De acordo com Mior (2005), o “triunfo” do complexo agroindustrial, considerado “exemplo de desenvolvimento”, em muito “é resultado de um bem sucedido sistema de integração que se estabeleceu entre a agricultura familiar e a grande indústria” (MIOR, 2005, p.78).

Verifica-se, portanto, nas agroindústrias da região, as faces do citado circuito da mundialização: um duplo processo de concentração e centralização dos capitais agroindustriais e de diversificação produtiva, expresso na busca de novas formas de modernizar suas estruturas e seu processo produtivo de modo a diminuir custos, maximizar a produtividade e consequentemente seus lucros.

Com estes objetivos é que o sistema de produção integrada foi implementado a partir dos anos 1960, tendo a Sadia como pioneira na implantação do modelo no Brasil. A experiência da produção integrada iniciou-se no oeste catarinense, na cidade de Concórdia, berço da Sadia, e foi beneficiada pelo fato de a estrutura agrária da região ser composta de pequenos produtores, descapitalizados, vivendo em situação social muitas vezes precarizada e a quem não restava muitas alternativas a não ser aderir aos contratos de parceria formulados pelas empresas integradoras. Ainda assim, segundo Campos (1987), inicialmente as empresas tiveram de dispensar um montante considerável de recursos na implementação de estratégias para captar agricultores para a integração. Considerando que o sistema precisava se expandir, ou seja, necessitava de adeptos, os contratos de integração eram “vendidos” como alternativas altamente rentáveis, que trariam uma vasta gama de benefícios.

A integração tem início na suinocultura; no entanto, de acordo com Campos (1987), é na avicultura que este modelo atinge grau pleno de desenvolvimento, sendo a produção de aves, para o abastecimento da agroindústria catarinense, desde seu início, quase que totalmente integrada. Mas afinal, o que significa ser produtor integrado? Como é este sistema produtivo? Sob qual base se assenta?

Em princípio, o sistema de integração avícola implantado tinha por procedimento o fornecimento de pintos, assistência técnica e rações balanceadas a pequenos produtores, remunerando a produção de frangos, descontados os adiantamentos de insumo. Deste modo, conforme mencionado por Campos, “os grandes frigoríficos tornaram-se sucessivamente produtores de rações e concentrados, armazenadores de grãos, conglomerados comerciais e, por fim, abatedores de frango.” (1987, s/p).

Estando pautada em altos níveis técnicos, a produção integrada de aves era apontada por Campos (1987, s/p), já na década de 1980, como “uma das atividades agropecuárias mais revolucionadas pelo capital. O frango criado atualmente é um animal híbrido, verdadeira máquina de transformar grão em carne”. O segredo para tanto estaria no desenvolvimento de frangos híbridos, cuja produção exigiria investimentos de grande vulto, “na fixação genética de determinadas características em linhagens puras (não híbridas).” Do mesmo modo, o autor sinaliza que

Para que estes frangos híbridos proporcionem suas altas produtividades é necessário uma série de insumos e equipamentos como rações balanceadas, vacinas, medicamentos, bebedouros, comedouros, cortinas, etc. Logicamente exige também uma escala mínima de produção a fim de um aproveitamento máximo de força de trabalho. (CAMPOS, 1987, s/p.)

Conforme anteriormente referenciado, o sistema de integração surge com a suinocultura que, segundo Mior (2005), até a década de 1980 tem o seu processo de produção sob controle do produtor o qual gozava de relativa autonomia nas decisões. Tinha possibilidade de organizar seu processo de trabalho e produção com base na disponibilidade interna de fatores da propriedade. Muito do que necessitava para a atividade vinha da propriedade, mas existiam outras culturas que serviam como fonte de renda e consumo. Com a expansão do sistema de integração agroindustrial em princípio na suinocultura, esta forma de organização da produção familiar sofre profundas modificações.

Importante sinalizar que, diferente da avicultura, iniciada já com base no processo de integração, a produção suína possuía toda uma forma de organização e cultura própria na região, sendo ainda mais difícil para estes agricultores se adequarem ao novo modelo imposto. Este processo gerou um problema econômico e social, considerando que muitos destes produtores foram obrigados a migrar para outras culturas. Outros, excluídos desta forma de produção, acabaram por deixar o campo, migrando para as cidades da região e passaram, em grande monta, a integrar a massa de trabalhadores no chão de fábrica da agroindústria. De acordo com Campos (1987), esta forma de produção acaba por transformar o trabalhador rural em um trabalhador para o capital e, assim, os produtores familiares inte-

grados são subsumidos pela integração. Os depoimentos⁵ abaixo são ilustrativos desta tendência:

[...] É aquela história, depois que tu fez (o contrato), não tem mais como tu sair. Vai fazer o quê com tudo isso ai parado, um caminhão, você pega um caminhão, bota uma carroceria pra puxa milho, bota um granelero pra puxa ração, bota uma caçamba em cima pra puxa terra. Aviário é aviário, não tem o que tu fazer. Dai tu pára e dai parado você gasta, estraga muito mais, do que tu trabalhando, a depreciação dele parado é enorme, porque deprecia da noite pro dia, e tu trabalhando até que não deprecia tanto o investimento. (JOSÉ).

A empresa fornece a ração, os pintinhos, o medicamento e a minha obrigação é cuidar, é manter o lote, procurar fazer o melhor, a mão de obra, essas coisas ai. Lenha, luz, maravalha, isso ai depende tudo de nós. A empresa, ela fornece os pintos, fornece a ração lógico, no fim do lote ela cobra por isso, ela não dá de graça, ela cobra. [...] na verdade ela entra com isso ai, o medicamento que precisar. O galpão é por nossa conta, a empresa hoje, ela não ajuda nada dentro do galpão, que quanto ao galpão ai é o avicultor que tem que arcar com o valor, a empresa não ajuda nada. (NILSON).

A relação de subsunção expressa nas falas denota não apenas uma relação de subordinação, mas também uma relação de dependência desse pequeno produtor frente ao capital, devido às suas necessidades de reprodução material e social da vida. A subsunção real, plenamente desenvolvida, se realiza quando as formas de trabalho também enfrentam o trabalhador como coisa e dele não mais dependem, segundo análise de Marx (1985). Com desenvolvimento das forças produtivas, o capital modifica não só a organização do elemento subjetivo do processo produtivo, a força de trabalho, mas também o elemento objetivo, os meios de produção. O ritmo e escala de produção passam a ser ditados por processos alheios à sua vontade e o trabalhador perde cada vez mais o domínio do processo produtivo. Agora, não apenas o produto do trabalho se configura enquanto algo estranho ao trabalhador, mas o próprio processo de trabalho se apresenta como algo que lhe é estranho e independente dele. (MARX, 1985).

Sem sombra de dúvidas, o desenvolvimento das forças produtivas na agroindústria, processo que inclui a contratualização, vem obtendo historicamente ganhos sensíveis em termos de qualidade molecular e sanitária do produto, de quantidade regular, previsível e dentro de prazos preestabelecidos. Assim, as empresas podem mais facilmente se adaptar às novas exigências do mercado, trazidas pela reestruturação produtiva que tem

⁵ Conforme Resolução que regulamenta a Ética em Pesquisa com Seres Humanos, bem como os parâmetros estabelecidos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), advertimos que os nomes dos produtores integrados, aqui referenciados, são fictícios.

exigido padronização, sofisticação, diversidade, sincronismo, rapidez, pontualidade.

Por outro lado, observou-se que há um agravamento das condições materiais de trabalho e de vida dos produtores integrados. A concentração da produção no pequeno produtor, através de um sistema de integração, significou um rígido controle de seu processo produtivo e criou áreas rurais fortemente regionalizadas, como no caso a Região Oeste de Santa Catarina. As empresas agroindustriais, calcadas num mecanismo de exclusivo fim comercial, impuseram e continuam impondo uma série de condições e regras estritas ao produtor rural. Em primeiro lugar, como parte do aspecto seletivo da relação contratual, a empresa escolhe cuidadosamente o seu plantel de fornecedores de matéria-prima: capacidade de liderança, aceitabilidade de inovações, tamanho ótimo da propriedade, localização próxima, tradição no ofício, uso de força de trabalho familiar, entre outros. Depois, o contrato de “parceria” (escrito) determina procedimentos técnicos e normas sanitárias que, segundo Campos (1987), por vezes ultrapassam o objeto do contrato em si e passam a interferir em outras atividades produtivas do agricultor (culturas de subsistência e comerciais, criação de outros animais, etc.). Com respeito ao contrato, nos relatos abaixo os produtores integrados demonstraram o desconhecimento das cláusulas contratuais e submissão ao que é imposto pela empresa:

A gente dá uma lida, mas a gente já não entende muito as coisas que tem lá (contrato). Hoje no contrato se vai olhar, até a gente teve uma reunião aí, saiu uma daquelas reuniões até que tá dentro da audiência da avicultura, mas hoje o contrato é noventa por cento pra empresa e sobra pra nós lá muito pouco, mais benefício pra empresa que pra gente. Acredito que uma hora dessa deve melhorar, mais o contrato na verdade pra nós ele é mais obrigação pra nós, nós temos mais compromissos e obrigação com a empresa, agora para o nosso benefício é zero. (NILSON)

Se tu lê todo o contrato, tu não vai trabalhar nunca com a Empresa porque é muita exigência, bastante. [...] as principais (exigências) a gente conhece, porque tu não tem outro ramo, tu quase se obriga a trabalhar nisso, as exigência que tem, mais ou menos tu vai cumprir. (MIGUEL).

Tem contrato sim. Tudo especificado. Às vezes são um pouco confusas (as cláusulas) de entender, quem faz essas cláusulas é a própria Empresa. Se é vantajoso eu não sei não, mas para a Empresa é. Praticamente ela que escolhe o quê que a gente tem que fazer, ela não senta com o produtor e diz assim: - Não, nós vamos mudar isso e isso, é uma coisa que vem lá de cima, da Empresa, que ela decide lá e repassa pra nós e nós temos que acatar. (JOÃO).

Observamos sob o véu de uma “parceria” a completa submissão dos pequenos produtores nessa relação. De acordo com o dicionário, o vocábulo *parceria* significa a “reunião de indivíduos para alcançar um objetivo comum; sociedade”. (MICHAELIS, 1998). Da mesma forma, entende-se por *parceiro* (derivação de parceria), “aquele que está no mesmo nível; associado”. Entretanto, no “contrato de parceria”, firmado entre os produtores integrados e a empresa Sadia, constam diversas informações, as quais versam sobre como se dará a relação entre as partes, objeto do mesmo, obrigações, normas técnicas, resultados esperados, pagamento, sendo que os termos não são definidos em conjunto entre as partes consideradas parceiras e que todas as cláusulas são estabelecidas unilateralmente pela empresa, de modo a espoliar os produtores, conforme demonstram os depoimentos.

É impossível ler o contrato, letra pequena e um livro enorme, alguma coisa a gente lia, aquelas que mais interessavam, mas o contrato deles é impossível a gente ler, só se o cara for doente que nem aqueles que lêem a bíblia. Se tu ler o contrato, tu não assina. (AVELINO).

O contrato a Empresa que faz, as cláusulas que nós lemos mais ou menos, o que a gente vê, eu não tenho aquele estudo pra entender todas elas, mas mais ou menos tá dentro do que a gente vê que acontece. (CLAUDIO).

Além disso, a empresa determina por meio de normatizações, algumas contidas no contrato e outras repassadas apenas verbalmente pelos técnicos que visitam/fiscalizam a propriedade, o modo como as aves devem ser criadas, quando será o apanhe das mesmas, as normas sanitárias, que seguidamente acabam por extrapolar o próprio objeto do contrato interferindo diretamente na vida do produtor e da sua família. Neste sentido, torna-se evidente que a empresa ocupa uma posição privilegiada nesta relação, onde é explícita a condição de subordinação dos produtores integrados, conforme referenciado.

Refletindo sobre o contrato e os elementos das entrevistas que realizamos, observamos que a responsabilidade pelos meios de produção na integração de aves é dividida. No entanto, esta divisão nos parece díspare, tendo em vista que os produtores nos relatam que tudo o que lhes é fornecido, pintos, ração, medicamentos, transporte, é descontado no momento da entrega da produção, conforme evidenciam os relatos a seguir:

A responsabilidade da Empresa é trazer as aves, deixar dentro da granja, fornecer ração, medicamento, técnico pra dar assistência, pra nós poder vê o serviço que precisamos fazer dentro da Empresa. O nosso é o manejo, o galpão, a manutenção e caprichar dentro das granjas, o nosso dever é esse aí, manter tudo em dia. [...] a empresa

fornece tudo, depois na entrega do lote, no acerto do lote, a Empresa desconta o valor. (CLAUDIO).

Nós temos que dar duro, tem que manter, tem que entregar os lotes bons. Se tem uns meio machucados eles não querem. Antigamente não, carregavam todos, o que era pra ir. Se tem um que tá com uma perna torta não passa, pode tá bonita a ave, só que se tá com algum problema não vai. Pra inicial eles mandam tudo, mandam peruzinho, mandam ração, mandam tudo, medicamento se for o caso, vem tudo para o lote, daí depois na hora do acerto daí é que descontam as coisas. [...] durante o lote não custa dinheiro, só que na hora do acerto daí é descontado as ração e tudo. (MARIA).

Através de novos arranjos, o capital procura formas de se livrar de legislações sociais, em nome da permanência num mercado mundial e competitivo. Os trabalhadores que dependem do salário, de acordo com Gorz (2005, s/p.), devem ser “constrangidos” pelo sistema a escolher entre precarização de suas condições de trabalho e o desemprego. Neste sentido, Gorz considera que a terceirização, o trabalho autônomo, temporário, em domicílio, o aumento da flexibilidade e a precariedade no emprego, ao invés de diminuir o “peso” do trabalho na vida das pessoas, têm difundido sua presença em inúmeras esferas da vida que, anteriormente, eram vistas como separadas do trabalho.

Em consonância às colocações de Gorz, Antunes (1997), ao atentar ao contexto atual do mundo do trabalho, observa que a classe trabalhadora vem enfrentando, nos últimos anos, uma realidade ainda mais complexa que a que se desenvolvia no capitalismo industrial. Segundo o autor, a partir da década de 1970, com o processo de reestruturação produtiva, instauração do sistema toyotista de produção e da globalização, observa-se um expressivo crescimento do desemprego, da precarização das relações de trabalho e do trabalho informal. Os trabalhadores passam a sofrer com a falta da estabilidade, com a constante ameaça do desemprego e com as severas exigências por produtividade, qualidade e cumprimento de metas nas organizações. Antunes pontua que esses elementos compõem uma “crise no mundo do trabalho”, que vem afetando, além da “materialidade” da classe trabalhadora, a sua condição de sujeito, seu modo de agir e de existir.

No limiar de um novo milênio, as mudanças ocorridas no modelo de estrutura que denominou o cenário industrial durante quase todo século vem causando profundas transformações no mundo do trabalho, afetando brutalmente a classe trabalhadora. Diante de uma situação de desemprego estrutural, a classe que vive do trabalho, tem não só sua materialidade, mas sua subjetividade atingida, impondo novas condições a sua forma de ser (ANTUNES, 1997, p.15).

Neste cenário, o desemprego estrutural, caracterizado pela extinção permanente dos postos de trabalho, onde a força de trabalho é substituída no processo produtivo por artefatos tecnológicos, ou os trabalhos cada vez mais precarizados, pelos quais a força de trabalho é constrangida a se vender por um valor que não da conta das suas necessidades de reprodução e de sua família, aparecem como um dos principais retratos das condições mais desumanas de sobrevivência a que se encontram submetidos os trabalhadores, a exemplo dos produtores integrados. Trata-se da agudização do capital como relação social fundante, em tempos de mundialização, ou nos termos de Sotelo Valencia (2009), o capitalismo, na sua fase atual:

Revela níveis decrescentes nas suas taxas históricas de crescimento econômico, descuida de seus sistemas produtivos em benefício do capital financeiro, utiliza indiscriminadamente as políticas monetaristas para tentar controlar os processos inflacionários e provoca uma expansão brutal do desemprego, do subemprego e da precariedade do trabalho (SOTELO VALENCIA, 2009, p. 19).

O pagamento recebido pelos produtores do sistema integrado refletem este processo, a conta final, o valor a ser recebido é sempre um enigma para eles. Os entrevistados mencionam que esta se baseia no processo de “conversão⁶”, que eles dizem ser o quantitativo de ração para o peso de frango produzido. No entanto, nos relatos, bem como na observação do contrato, percebe-se que esta conta é na verdade muito mais complexa do que uma operação matemática simples, de modo que o trabalhador e sua família nunca podem prever ao certo quanto irá receber na entrega do lote. O relato de João tenta explicar o processo:

A conversão é a quantia de ração que se usa pra produzir um kg de carne de peru. A conversão alimentar que eles falam é o que você usa pra produzir, é a ração que você usa pra produzir. Um kg de ração, quanto menos de ração eles comer/consumir e ganhar mais peso melhor seria a conversão e você passa a ganhar mais. E quanto menos peso eles ganharem por mais ração aí o nosso lucro final diminui. Aumenta os gastos pra produzir o lote, aumenta o custo e diminui a renda [...] Ele (pagamento) é feito, ele tem várias funções, o peso médio que atinge, a conversão alimentar, a mortalidade dessas aves, isso aí é lógico que se for que morrer bastantes aves é lógico que vai, tudo, é um processo que vai gradativamente vai cair a tua renda também. Ao passo que se tu tiver um lote com a conversão boa, com a mortalidade menor, e com um bom ganho de peso, o resultado é melhor. (JOÃO).

⁶ O índice de conversão alimentar é calculado tendo por base o quantitativo de ração necessário para produzir um kg de carne. É uma fórmula que tem o intuito de avaliar o desempenho produtivo e é um dos componentes utilizados na fórmula de pagamento dos avicultores integrados.

Pedro e Avelino, quando falam em remuneração, relacionam-na com a conversão, mas denunciam outros tantos elementos que tornam a remuneração a ser recebida pelo produtor algo impreciso, cuja lógica não é compreendida na sua totalidade e tende a favorecer a empresa:

[...] nós entregamos 70 mil kg de carne, eles cobram tudo de nós, mais adiante sobra lá 7 ou 8 mil kg, ali é que eles descontam o frete de ração e todo o resto. Não sei o que eles fazem com a renda, é tudo, eles dividem entre todos os avicultores, por exemplo, se vier uma carga a mais de ração não é cobrada nossa, pelo que eles colocam, é tudo junto, é uma média. Esses dias fui lá na expedição ver a nota, é uma renda absurda para o que eu ganho, só que aí depois entra tudo que tem que descontar. Toda aquela ração que tem ali, eles pagam tudo lá, mas depois descontam, desconta imposto assim.[...] Quando nós começamos a criação, eles ofereceram pra nós uma porcentagem maior, no início nós ganhava dez por cento a mais, fora os preços que eu te falei, então eles falam: - Se tu investir no aviário nós te damos 10%, tu já sai ganhando do avicultor que não investiu. Esse ano que passou eles falaram assim:- Quem cercar o aviário, vai ganhar mais. Vai ganhar 25% a mais quem tem piso no aviário, aí você vai fazer piso no aviário. Vai ganhar 30% a 35% a mais. Então se nós ganhamos isso ou não, fica com o avicultor, que tem gente aí que tem aviário que tirou o primeiro lugar em fevereiro, que não tem nem cercado. Quem que vai dizer, se eu to ganhando aqueles 25% a mais na folha, no final? Às vezes tem gente ali, o cara que nem agora, não tá nem cercado o aviário e tirou o primeiro lugar do mês, o nosso e outros ali que tá tudo cercado, não ganhou (PEDRO).

[...] o sistema deles, o sistema deles de paga... Um lote tu vai mais ou menos, tira bem, daí no outro lote eles te arrumam um calo de pata, te descontam mil e pouco, dois mil, coisa que não existe, tu traz tudo que é feito, então tu espera. Eles – ah não, o teu lote é um dos melhores – um dos melhores mas descontaram mil e setecentos (1.700,00) em cinco, seis mil. Eles não contam esses mil e setecentos (1.700,00) quando vão para o Sindicato mostrar os resultados. Então eles arrumam uns descontos depois. Aí vai para o Sindicato vai para a reunião, aí aparece: – Não – ele ta tirando, lá tá ótimo, lá ele ta tirando cinco mil – aí vem o desconto de calo de pata, mais desconto disso, desconto daquilo, que é coisa que tu não sabe, que eles arrumam na hora como eles querem. (AVELINO).

Cláudio, por sua vez, denuncia a influência do “mercado” no processo de remuneração, sendo que a remuneração do produtor estaria a mercê das oscilações e de toda a especulação financeira que envolve o mesmo. Vejamos o que ele comenta:

Quando o mercado está bom você é valorizado, quando o mercado não tá bom eles jogam toda a responsabilidade da produção em ci-

ma de quem produz. O produtor vai arcar com o resultado da renda baixa, vai ficar sem alojar aves no aviário e o investimento que tu for fazer, você vai ter que assumir perante o banco, e o banco te cobra. (CLAUDIO).

Segundo Orlando, como o integrado desconhece o padrão técnico da fórmula de pagamento, bem como dos índices técnicos que a definiram, ele “não possui condições de avaliar a proposta do contrato ou prever qualquer resultado financeiro” (1994, p. 208). Citando Rizzi, o autor menciona que no sistema de produção integrada as integradoras possuem a posição privilegiada de definir as “regras do jogo”, tendo em vista que, “o capital industrial exerce o poder de determinar e deixar estabilizado excedente monetário ao produtor, sempre dentro de uma faixa que não comprometa a acumulação do complexo avícola em que se encontra como agente que desencadeia e comanda todo o processo.” (RIZZI *apud* ORLANDO, 1994, p.195).

Não tendo poder de estabelecer preço do produto de seu trabalho e nem sequer a quem vendê-lo, não podendo escolher onde, de quem e a que preço irá adquirir os insumos necessários à produção, torna-se insustentável a concepção de que esses pequenos produtores sejam donos de um negócio.

Por outro lado, ao buscarmos as fontes e referências dentro da tradição do pensamento marxista, este produtor, pela ausência da relação de assalariamento e por serem suas as instalações onde se dá a produção, sendo detentor assim de parte dos meios de produção, em tese, também não seria considerado trabalhador. De que forma, portanto, seria possível defini-lo?

Nossa hipótese, na trilha do que versou Marx no capítulo que trata da manufatura, na obra “O Capital”, recupera uma forma de extração de mais-valia, referida à *utilização do trabalho a domicílio pelo capital*. Cabe aqui um breve resgate histórico, para elucidarmos mais precisamente de que forma tal categorização nos auxilia na interpretação da relação social estabelecida entre produtores integrados e empresários.

A história sinaliza o artesanato, primeira forma de produção industrial, o qual surgiu no fim da Idade Média com o renascimento comercial e urbano, caracterizando-se pela produção independente. Nesta forma de produção o produtor detinha os meios de produção: instalações, ferramentas e a matéria-prima a ser trabalhada. No domicílio, sozinho ou com a família, o artesão realizava todas as etapas da produção. A ampliação do consumo trouxe a necessidade do aumento da produção. Desta necessidade surge a manufatura. De acordo com Marx (1983a) a manufatura foi uma forma característica do processo de produção que predominou do século XVI até o século XVIII. Caracterizava-se, em essência, pela cooperação baseada na divisão do trabalho.

Conforme discorre Marx (1983a), a origem da manufatura se dá de modo duplo. Em um primeiro plano, trabalhadores de ofícios diversos, autônomos, responsáveis pela produção de partes de um produto, são reunidos em uma oficina pelo mesmo capitalista. Tratava-se assim da combinação de ofícios autônomos sob o comando do mesmo capital. No outro plano passa a ocorrer a reunião de artesãos cujo trabalho ou produto a ser produzido é o mesmo ou no máximo muito similar, quando então produz por inteiro a mercadoria, executando todas as operações que exige a sua fabricação.

O pensador observa que, em ambos os processos fundantes, o trabalhador continua a produzir de acordo com seu antigo ofício de artesão, no entanto existe a concentração de trabalhadores e o trabalho é realizado de modo simultâneo. Marx então menciona ser neste momento que se dá a divisão sistemática do trabalho que com o passar do tempo se consolida e se aprofunda com a chegada da maquinaria. O que o artesão produz não é mais um produto individual e sim um produto social, que engloba o trabalho de muitos artífices.

Conforme sinaliza Marx (1983a, p.268), qualquer que seja a forma pela qual a manufatura se apresente a “sua figura final é a mesma – um mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos.” Este mecanismo seria aprimorado historicamente com a chegada da maquinaria, que levaria ao extremo a divisão do trabalho. Para Marx a habilidade artesanal continua a ser a base da manufatura e o mecanismo global que nela funciona não possui nenhum esqueleto objetivo independente dos próprios trabalhadores, o capital luta constantemente com a insubordinação dos trabalhadores.

Ainda sobre a manufatura, e neste ponto chegamos à nossa questão central, Marx (1983a) menciona que por um dado período o fabricante distribuía a matéria-prima e o artesão trabalhava em casa, recebendo pagamento combinado, o que Marx já denominava como trabalho a domicílio. O trabalho a domicílio pode ser considerado a primeira forma histórica de organização social do trabalho. Surge no domínio familiar, destinado essencialmente ao atendimento das necessidades do seu grupo. O produto se desenvolve dentro do círculo social familiar e a força de trabalho utilizada é a dos membros, incluindo crianças. Para Marx (1983b, p.74) o trabalho domiciliar consiste em “uma esfera de exploração do capital construída na retaguarda da grande indústria”. Além disto:

A exploração de forças de trabalho baratas e imaturas torna-se, na manufatura moderna, mais desavergonhada do que na fábrica propriamente dita [...] Ela se torna ainda mais desavergonhada no assim chamado trabalho domiciliar do que na manufatura, porque a capacidade de resistência dos trabalhadores diminui com a sua dispersão. (MARX, 1983b, p. 72).

Mota e Amaral (1998) tecem análises na direção da nossa hipótese para o sistema integrado de produção de aves no oeste catarinense, à medida que abordam o processo de externalização da produção, que se caracteriza como um dos pilares da “acumulação flexível” (HARVEY, 1996) isto é, trata-se de uma nova forma de estruturar a produção, em que atividades que não se caracterizam como processo-fim da empresa deixam de fazer parte de sua estrutura interna. De acordo com as autoras, este processo é extremamente funcional ao capital, uma vez que transforma custos fixos em variáveis, delegando, por meio da terceirização a outras empresas ou trabalhadores, funções agora pagas por peça, pelo produto. Defeitos em produtos, absenteísmo, ociosidade, custos trabalhistas, deixam de ser preocupações da empresa. Tais mecanismos estimulam a existência de trabalhadores autônomos, trabalho em domicílio e pequenas empresas prestadoras de serviços. Mota e Amaral (1998, p. 34) defendem que “a externalização da produção não passa de uma nova forma de estruturação do trabalho abstrato” e que se apresenta ao trabalhador na sua forma aparente, trazendo uma ilusão de liberdade, da possibilidade de propriedade e igualdade. Teixeira (1996) em uma análise que corrobora com esse entendimento reflete que

O trabalhador se sente mais livre, porque agora não está mais preso a um sistema hierarquicamente organizado de exploração e opressão. Ele se sente como um cidadão, que trabalha no seu próprio local de produção (e às vezes de moradia), sem ninguém mais para vigiá-lo ou lhe dar ordens. Ele se sente patrão de si mesmo, dono do seu próprio negócio. Sente-se proprietário e igualmente livre, porque é ele que organiza o processo de trabalho e estabelece, por iniciativa própria, a duração de sua jornada de trabalho. E mais: na condição de vendedor do ‘trabalho objetivado’, sente-se um verdadeiro comerciante, parceiro de seus antigos empregadores. (1996, p.72).

Nesse sentido, conforme as análises referenciadas, percebe-se que dentro deste processo os trabalhadores que se encontram excluídos do trabalho protegido, fisicamente distanciados do controle e da exploração direta deles – trabalhadores proprietários, livres e pseudoparceiros de seus antigos patrões – possuem na autoexploração, na exploração de sua família e de outros trabalhadores desempregados, a principal fonte de produção de valor. Os depoimentos são ilustrativos dessa tendência

É a família que trabalha e olhe lá. Porque se tu pega uma pessoa, que chega dá um lote mal, quem é que vai sobreviver com quinhentos pila em sessenta dias trabalhando dia e noite que nem o aviário trabalha [...]. (JOSÉ).

Toda a família, a menina, nós temos um secador de cabelo pra limpa, porque o automático tá tudo cheio de coisinha não dá pra entrar com as mãos pra tirar, daí com o secador de cabelo ela vai todas as tar-

des, limpa que entra aquela maravalha [sic], tem que limpa tudo, daí vai sempre ela [...] nós dividimos as tarefas. Que nem limpa o tubo assim, aquelas coisas baixinha que daí é só com a menina, vai sempre ela. Por exemplo, a parte mais pesada, dá ração, tirar a ração molhada, vamos nós. A menina só limpa porque depois ela tem mais prática digo, lida com aquele, e ela limpa. Todos trabalham, até o filho, que ele tá lá na roça. Mas hoje de manhã ele também ajudou no aviário (JOANA).

Trata-se da revitalização de formas antigas de produção e exploração que, incorporando os novos processos produtivos, tornam-se funcionais ao capital.

A rigor, formas reatualizadas de exploração são consolidadas: amplia-se assim, o universo de constituição e reprodução do trabalho coletivo, porque agora o processo de trabalho pode ser realizado na fábrica, na rua, na residência ou nos centros sociais comunitários; de igual forma, amplia-se também a dimensão da subsunção real e formal do trabalho ao capital, com o auxílio de práticas consideradas libertárias do 'despotismo da fábrica' e vitalizadoras da liberdade do indivíduo que continua explorado, mas se pensa livre. (MOTA; AMARAL, 1998, p.37).

Dessa forma e tendo em mente que todos os homens estão subjugados à lógica da mercadoria, Tavares (2004) menciona que, na impossibilidade da venda de sua força de trabalho no mercado formal, formas renovadas na esfera da informalidade se apresentam enquanto alternativa mascarada e fetichizada pelo capital. Trata-se assim de formas de trabalho ditas autônomas legitimadas pelo aparato jurídico do Estado, de que o capital faz uso para descaracterizar relações de trabalho. Tais modificações acabam por redefinir as relações de produção e o modo como os trabalhadores se inserem neste processo. Levando em conta o mote da acumulação flexível, que caracteriza o toyotismo, este processo também se torna flexível.

Assim, o trabalho antes assalariado é transformado em trabalho autônomo ou em pequena empresa. "Com esse simples artifício a relação empregado/ empregador é metamorfoseada numa negociação entre agentes econômicos que se encontram em iguais condições na esfera da circulação de mercadorias" (TAVARES, 2004, p.17). Esta igualdade de condições, no entanto, se apresenta apenas no nível da aparência, mascarando uma relação de trabalho. Avoluma-se o número de cooperativas, empresas familiares rurais e urbanas, trabalho domiciliar, que configura uma rede externalizada e flexível da produção, que tem por intuito ocultar a exploração do trabalho articulada à exploração capitalista. De acordo com a autora,

Essas formas de trabalho, comumente identificadas com a independência, a autonomia e a ação espontânea, promovem, ao contrário,

mecanismos pelos quais os trabalhadores exploram a sua própria força de trabalho para o capital e se deixam ser lesados nos seus direitos fundamentais. [...] a descentralização produtiva se constitui no meio mais adequado à exploração da força de trabalho, pois cria no trabalhador a ilusão de que a posse dos meros instrumentos de trabalho, uma boa idéia e alguns atributos da natureza subjetiva são suficientes para que todos se tornem agentes econômicos capazes de confrontar o mercado em condições iguais. (TAVARES, 2004 p. 18).

A autora analisa que, por meio destas artimanhas, o capital oferece à classe trabalhadora a possibilidade de se tornar patrão, o que obviamente não a coloca na condição de capitalista, mas que, diante da ideologia progressista da sociedade capitalista, carrega em si um fascínio/fetichismo exacerbado. A exploração a que estão submetidas estas formas de trabalho consideradas independentes evidencia a ilusão desta suposta autonomia. É importante salientar que não se trata do surgimento de novas relações e formas de organizar o trabalho, mas do que Tavares denomina de “reemergência de formas empregadas no início do capitalismo”. A extração da mais-valia está presente quase que na totalidade destas relações, no entanto, está mascarada na possibilidade de eliminar a diferença fundamental entre capital e trabalho. Neste sentido, a autora menciona que “os fenômenos novos, resultantes do processo de flexibilização, em nada modificam a contradição capital x trabalho, apenas são criadas formas para que a dinâmica capitalista possa continuar se movendo dentro dos próprios limites.” (2004, p.24).

Particularmente no sistema integrado de produção de aves, os produtores são “parceiros” que trabalham sozinhos ou em família, obrigando-se “a dispensar todos os cuidados necessários e indispensáveis para criação e terminação das aves e a cumprir as demais obrigações constantes desse contrato.” (Conforme Contrato de Parceria Avícola, p.3 *apud* JESUS, 2010). Neste processo, importa destacar que as aves são produzidas a partir da matéria-prima (pintos/peruzinhos), proveniente da empresa Sadia, sendo transportada para as propriedades integradas. Por meio da análise da documentação foi possível constatar que inexistia a comercialização/tributação. Após o período de engorda, estas aves agora adultas, retornam para a empresa para serem abatidas e transformadas em carnes industrializadas. Neste sentido, percebemos que existe apenas uma movimentação de bens, dos quais a empresa é a proprietária, desde o momento em que os pintos/peruzinhos saem de seus incubatórios até o momento em que estes retornam à agroindústria para o abate e processamento da carne. Não existe em nenhum momento a transferência de propriedade destes animais. Também não há obtenção de lucro por parte dos denominados contratualmente “parceiros”, que recebem apenas uma dada quantia pelo trabalho no processo de engorda dos animais.

Considerando que não há circulação de mercadoria, haja vista a inexistência de compra e venda, acreditamos que se trata de uma relação de trabalho e, conforme já discorremos, na modalidade de trabalho à domicílio. Pensamos ser, deste modo, a modalidade de integração, em todas as suas formas, uma forma de mascarar a relação de trabalho aí existente. Mais do que isto, percebe-se que além da desobrigação de tributos, encargos trabalhistas e com a seguridade social, a empresa livra-se do investimento em terras, instalações, tendo à sua disposição a matéria-prima que necessita para a indústria a um custo irrisório, em prazo regular e com a garantia de qualidade necessária. Trata-se na nossa percepção de um das estratégias mais bem sucedidas do capital de que temos conhecimento, estando este ainda amparado na legalidade formal.

Deste modo, cabe ressaltar que, perante a legislação, o empregado na fábrica e o empregado a domicílio não têm diferenciação. E considerando o integrado e sua família trabalhadores, na modalidade de trabalho a domicílio, arriscamos afirmar que o trabalho destes corresponde a grande fonte de extração da mais-valia das agroindústrias do oeste catarinense, e no caso da empresa Sadia, alvo de nosso estudo.

A reestruturação produtiva traz alterações nas relações de trabalho que afetam sensivelmente o modelo de organização da produção mantido até então, acarretando um movimento em sentido contrário ao que teve lugar no início da consolidação do modelo de produção capitalista, quando a concentração dos trabalhadores em amplos espaços organizados pelos tomadores de serviço era o padrão dominante desde o surgimento e a expansão de fábricas e manufaturas. Com a reestruturação produtiva, observa-se uma redução no tamanho dos estabelecimentos e o incremento da contratação de trabalhadores por intermédio de empresas denominadas de prestadoras de serviços, fenômeno que se convencionou denominar de terceirização. A descentralização da contratação de trabalhadores é vista como alternativa vantajosa, levando a um aumento considerável do trabalho em domicílio então existente, fomentando a descentralização da atividade produtiva.

Particularmente no que se refere ao trabalho a domicílio, as consequências deste processo são penosas à medida que a exploração do trabalho doméstico e familiar tende a superar os moldes antes existentes por meio da introdução de novas modalidades de trabalho em domicílio, em razão do desenvolvimento de tecnologias, especialmente na área da informática. Tais mudanças apontam para o surgimento de novas configurações, o que faz com que o trabalho em domicílio assuma uma relevância que não deteve ao longo do desenvolvimento do sistema fordista de produção, período em que foi relegado ao segundo plano, permanecendo em caráter residual. A estrutura do novo modelo adota práticas que estimulam a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo, assim, trabalhadores homens, centrais, melhor remun-

rados e menos facilmente demissíveis, pelo trabalho feminino, mal pago, com o retorno dos sistemas de trabalho doméstico e familiar e da subcontratação.

Bem como no período do desenvolvimento industrial, a permanência do trabalho em domicílio se justifica por razões de ordem econômica, uma vez que a concorrência estabelecida entre a produção mecanizada e a realizada em domicílio demonstrava uma razoável diferença de salários, sendo consideravelmente menores os pagos ao trabalhador em domicílio. Assim o desenvolvimento da produção de artigos baratos, a concorrência exacerbada e a avidez pela diminuição dos preços, levam a uma deterioração das condições de vida e de trabalho para o trabalhador em domicílio. As falas dos pequenos produtores integrados relacionadas abaixo são ilustrativas desta tendência:

Aviário é vinte e quatro horas por dia, quando tem pintinho é vinte e quatro horas por dia. Tu começa seis horas da manhã, você vai lá, tem pintinho, tu faz fogo, trata os bichos, vem pra casa, mas dali a pouco tu tem que fazer fogo de novo. No inverno cada duas horas e meia, três horas, tu tem que levantar e fazer fogo. Então dá pra dizer que é vinte e quatro horas, tu tem que achar um tempinho pra você dormir, descansar (JOSÉ).

Com integrado, no início quando as aves são menores, a mão de obra é bem maior, daí você tem que levantar desde a meia-noite, ou às duas, três horas da madrugada pra receber ração, porque não tem horário específico. Se tiver intempéries de tempo, que ameaça chuva ou fizer vento, você tem que levantar independente da hora que for, e ao longo do tempo quando o lote for se desenvolvendo, que ele já tiver numa idade maior, daí vai diminuir o serviço porque daí, mas mesmo assim você tem que estar, alguém sempre vai ter que estar perto da propriedade pra qualquer eventualidade que acontecer, qualquer anomalia, você tem que tá ali pra corrigir. Então exige bastante tempo sim (JOÃO).

É uma cadeia de portas abertas, é uma prisão de portas abertas, eu acho que é uma prisão de portas abertas, que tu vai lá. Tu quer ganhar bem, tu tem que tá lá dentro, tem que tá lá de hora em hora, de pequeno hora em hora tem que ir, agora já de duas em duas horas já dá prá deixar duas horas, a gente vai lá e volta (JOANA).

Por mais que o trabalho não seja intensivo, a necessidade do cuidado, a responsabilidade para com a atividade é contínua. É esta responsabilidade que deixa o produtor sempre de sobreaviso e o impede de ter “certas liberdades” que um trabalhador assalariado possui. Enquanto o aviário abriga as aves, não há dia de folga, descanso, noite destinada ao repouso, é um estado de vigília constante.

Adrian Sotelo Valencia (2010), ao tratar da precarização do trabalho, das formas de produção e artimanhas do capital no intuito de manter

seu poder de dominação, nos traz importante análise, ao colocar que o capital seguidamente se vale do que denomina de “formas arcaicas de produção” aliando-as aos novos e modernos elementos do mundo da produção como forma de manter a produtividade e sua hegemonia.

De acordo com o autor, a atual crise capitalista é essencialmente uma crise de produção de valor e mais valor. Segundo seus estudos, baseados na tradição teórica marxista, há uma tendência no modo de produção capitalista relativa ao aumento da força produtiva do trabalho com a diminuição do capital variável em detrimento do aumento do capital constante, expressa na atualidade quando observamos na conjuntura de crise capitalista atual o desemprego massivo de milhões de trabalhadores em todo o mundo.

Neste cenário o capital torna supérfluas parcelas inteiras de força de trabalho nas indústrias, serviços e atividades, países, territórios e regiões em todo o mundo, ao mesmo tempo que engendra dois movimentos principais: a) o deslocamento até as atividades especulativas que são características do capital fictício (isto é, do capital que se desconecta relativamente durante determinados períodos, da esfera da produção); b) a intensificação da exploração da força de trabalho ativa, que se constitui em um elemento privilegiado pelo capital para anular os poros da produção e da jornada de trabalho e afiançar, deste modo, a produção de mais-valor (SOTELO VALENCIA, 2010).

Desse modo, o autor vai confirmar uma hipótese delineada por Marx, expressa nos Grundrisse, referente à tendência do capital em “volver superfluo (relativamente) el trabajo humano” ao mesmo tempo em que o empurra “como trabajo humano hasta límites desmesurados”. (MARX *apud* SOTELO VALENCIA, 2010, p. 114).

Nesse sentido, tornam-se ainda mais agudas na atualidade a tendência a apropriação da subjetividade do trabalho pelo capital, através de, por um lado, métodos como o toyotismo e a automatização flexível e, por outro, o aumento da exploração da força de trabalho por meio de formas arcaicas de expropriação de mais valor, tendo em vista impulsionar formas de produção de mais-trabalho através da mais-valia absoluta e da superexploração. Sobre a manutenção de formas arcaicas de expropriação de valor dos trabalhadores, em detrimento da priorização do investimento em maquinário e tecnologia Marx (2008) vai analisar que

Em velhos países civilizados, a aplicação da máquina em alguns ramos provoca tal excesso de oferta de trabalho em outros ramos que, nestes, a queda do salário abaixo do valor da força de trabalho impede a aplicação das máquinas, tornando-a muitas vezes impossível, supérflua, do ponto de vista do capital, cujo lucro deriva não da diminuição do trabalho empregado, mas da diminuição do trabalho pago. (MARX, 2008, p. 450).

Marx segue sua análise exemplificando que

Os ingleses não as aplicam (as máquinas), pois o pagamento recebido pelo desgraçado wretch (wretch é o termo com que a economia política inglesa designa o trabalhador agrícola), que realiza esse trabalho, corresponde a uma parte tão ínfima do seu trabalho que a maquinaria encareceria a produção para o capitalista (Ibidem).

Esses apontamentos analíticos nos ajudam a compreender o que ocorre com a produção de aves no oeste catarinense onde a oferta de força de trabalho para a produção através do sistema integrado é tamanha e a reprodução histórica desses trabalhadores como produtores integrados é tal que não compensaria para a empresa Sadia S/A o investimento em tecnologia em linha de produção dentro da indústria, tendo em vista os custos da mecanização e da força de trabalho empregada nesta atividade. A matéria-prima para o funcionamento da empresa pesquisada bem como das demais grandes indústrias do oeste catarinense depende em sua totalidade de seu bem sucedido sistema de integração.

Cabe considerar, ademais, que antes da implementação de tal sistema, a matéria-prima – os animais destinados ao abate/industrialização – era produzida dentro de granjas da própria empresa, sendo assim, observa-se que além de terras, instalações, água, energia as empresas eram obrigadas a arcar com salários e encargos trabalhistas dos trabalhadores que cuidavam do trato dos animais.

Desse modo, podemos afirmar que em tempos de mundialização capitalista como o que vivemos, com avanço do capital financeiro e modernização científico-técnica nos processos produtivos, o capital se utiliza cada vez mais de formas arcaicas de exploração – tais como o trabalho à domicílio, próprio do período manufatureiro – mas dessa vez renovadas, travestidas de modernas, como no caso da produção integrada, sob a aparência de uma “parceria” em um mundo imaginário e feliz onde não existem mais trabalhadores e sim produtores, pequenos empreendedores, artífices do seu sucesso e conseqüentemente do sucesso da empresa: eis a nova fórmula capitalista para expropriação do trabalho alheio, em sua essência, com requintes de crueldade sob os quais se assentam processos severos de espoliação da classe trabalhadora.

CONCLUSÃO

“Se pudesse mudar-se, gritaria bem alto que o roubavam.

Aparentemente resignado, sentia um ódio imenso a qualquer coisa que era ao mesmo tempo a campina seca, o patrão, os soldados e os agentes da prefeitura. Tudo na verdade era contra ele. Estava acostumado, tinha a casca muito grossa, mas às vezes se arreliava.

Não havia paciência que suportasse tanta coisa. – Um dia um homem faz besteira e se desgraça. Pois não estavam vendo que ele era de carne e osso?

Tinha obrigação de trabalhar para os outros, naturalmente, conhecia o seu lugar. Bem. Nascera com esse destino, ninguém tinha culpa de ele haver nascido com um destino ruim. Que fazer? Podia mudar a sorte? Se lhe dissessem que era possível melhorar

de situação, espantar-se-ia. Tinha vindo ao mundo para amansar brabo, curar feridas com rezas, consertar cercas de inverno a verão. Era sina. O pai vivera assim, o avô também. E para trás não existia família. Cortar mandacaru, ensebar látégos – aquilo estava no sangue. Conformava-se, não pretendia mais nada. Se lhe dessem o que era dele, estava certo. Não davam. Era um desgraçado, era como um cachorro, só recebia ossos.

*Por que seria que os homens ricos ainda lhe tomavam uma parte dos ossos?
Fazia até nojo pessoas importantes se ocuparem com semelhantes porcarias."*

[Graciliano Ramos, *Vidas Secas*, 1938, grifos nossos]

No curso de seu desenvolvimento histórico, o modo de produção capitalista vem sofrendo metamorfoses, estabelecendo novas relações de produção, no intuito de manter seus níveis de acumulação. Do mesmo modo, o capital resgata formas arcaicas de organizar a produção que, incorporando os novos processos produtivos, tornam-se funcionais ao seu desenvolvimento. Deste modo, o que há de mais moderno, como os elementos do sistema de produção toyotista, vigentes nos dias de hoje, convive com o que há de mais arcaico, como formas vigentes no início do capitalismo.

Neste sentido, ao nos reportarmos ao nosso objeto de pesquisa, por meio de uma análise marxiana, especialmente a partir do estudo da obra *O Capital*, propomo-nos a discutir o processo de trabalho e a relação contratual entre avicultores integrados do oeste de Santa Catarina e a agro-indústria Sadia. A partir daqui, traçaremos algumas considerações sobre o estudo realizado.

Conforme sinalizamos, o sistema de integração surge de uma necessidade de expansão da produção agroindustrial, que necessitava de matéria-prima para o abastecimento das agroindústrias. Este sistema que inicia com a suinocultura atinge seu grau máximo de desenvolvimento com a avicultura no oeste de Santa Catarina, tendo início em meados da década de 1970, contando com o aparato do Estado, sendo um dos reflexos do processo de modernização do campo no Brasil. A Sadia, empresa pesquisada, possuía, antes da fusão com a Perdigão, cerca de 6.000 produtores integrados só no oeste de Santa Catarina, muitos destes há mais de três décadas na atividade.

A partir da pesquisa realizada, construímos o entendimento de que o sistema de integração se utiliza da figura jurídica da parceria para ocultar uma trama fetichizada de trabalho precarizado, e uma fonte valorosa de extração de mais-valia para as agroindústrias. Compreendemos que este sistema se baseia, na realidade, em uma forma de trabalho a domicílio, tendo em vista que os produtores, apesar de donos de parte dos meios de produção, encontram-se totalmente subjugados às determinações da empresa. Em função disto, não poderiam ser considerados parceiros conforme sinalizam os contratos assinados pelos entrevistados.

Uma leitura mais atenta da obra *O Capital* permitiu observar que este modelo conserva muitas semelhanças com o processo de produção utilizado no período inicial do capitalismo, conhecido como Manufatura.

Em uma de suas fases, o capitalista distribuía a matéria-prima e o artesão realizava em sua casa, com sua família, parte do processo produtivo da mercadoria ou o processo de produção completo. Observa-se, assim, que na produção integrada de aves, os pintos/perus também são fornecidos pela empresa e o produtor fica responsável pela terminação das aves, ou seja, por parte do processo de produção. Após atingirem o peso ideal para o abate, as aves voltam para mãos de seu proprietário, a agroindústria, para então passarem pelo processo de industrialização.

O estudo nos permite supor que esta cadeia produtiva está chegando a um limite de existência à medida que os trabalhadores vivenciam na atualidade uma situação de superexploração que chega a extremos. Estão submetidos a jornadas absurdas de trabalho, colocam em risco a sua saúde, não possuem direitos trabalhistas, abdicam de lazer, convívio familiar e social em função da atividade, e a questão principal: são remunerados abaixo do valor real da força de trabalho. Nossas análises a partir das experiências relatadas, bem como de tabelas e cálculos construídos pela Embrapa, evidenciam a inviabilidade de perpetuação da atividade ao apresentar um custo de produção maior do que a remuneração recebida pelos produtores. Na atual conjuntura, agudizada pelos processos próprios da mundialização, os produtores passam por um processo de empobrecimento, precarização de sua condição de trabalho e são obrigados a tirar de outras atividades o seu sustento e até mesmo o custo para manutenção da própria atividade avícola.

Aqui cabe ressaltar que as dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar não se restringem apenas ao sistema de produção integrada, mas também aparecem como consequências de um modelo agrário que não prioriza a pequena produção, perpetuado na história do país e que dificulta a sobrevivência do agricultor familiar no campo, principalmente o pequeno agricultor.

Ou seja, nessa tensão entre capital e trabalho, o trabalhador, neste caso o pequeno avicultor familiar, é sempre o elo mais fraco desta *engrenagem*. Trata-se de um trabalhador precarizado, que encontra na superexploração da sua força de trabalho e na força de trabalho de sua família, a condição de sua subsistência *desgraçada* – tal qual a do personagem de Graciliano Ramos, citado na epígrafe desta conclusão.

Referências:

- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4a. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- CAMILO, G. S. BRF nasce como décima maior empresa de alimentos da América. In: *Infomoney*, 19/05/2009. Disponível em: <<http://www.horusstrategy.com.br/noticias/2009/05/brf-nasce-como-decima-maior-empresa-de.html>> Acesso em: 07 mai. 2012.
- CAMPOS, Í. *Os colonos do rio Uruguai: relações entre pequena produção e agroindústrias no oeste catarinense*. João Pessoa: UFPB, 1987.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. Trad.: Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- CORREIO DO ESTADO. *Cade dá o sim à fusão Sadia-Perdigão*. 14/11/2011. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/cade-da-o-sim-a-fusao-sadia-perdigao_117650/> Acesso em: 21 mar. 2011.
- FETRAFSUL. Federação dos Trabalhadores na Agricultura/Região Sul. *Quem somos*. Disponível em: <http://www.fetrafsul.org.br/2011/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=82>. Acesso em 08 nov. 2010.
- GORZ, A. A crise e o êxodo da sociedade salarial. Entrevista com André Gorz. *Cadernos do Instituto Humanistas Unisinos*. São Leopoldo, 2005, mimeo.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 6a. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- JESUS, E. *O sistema de integração na produção de aves no oeste catarinense: análise sobre o processo de trabalho e a relação contratual entre a empresa Sadia e avicultores*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- LÊNIN, V.I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. 4a. Ed. São Paulo: Centauro, 2008.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. v. I, Tomo I; trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983a.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Coleção Os Economistas. v. I, Tomo II; trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983b.
- _____. *Capítulo VI Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Moraes, 1985.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, volume 1. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 26a. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MICHAELIS: *Moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998 (Dicionários Michaelis).

MIOR, L.C.. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Argos, 2005

MOTA, A.E.; AMARAL, A.S. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A.E.; (Org). *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social*. São Paulo: Cortez, 1998.

ORLANDO, A.L. *Pequena propriedade e agroindústria*. Cascavel: UNIOESTE, 1994.

SOTELO VALENCIA, A. *A reestruturação do mundo do trabalho: superexploração e novos paradigmas de organização do trabalho*. Uberlândia: EDUFU, 2009.

TAVARES, M.A. *Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização*. São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, J.F. *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo, Cortez, 1996.

Recebido em 28 de setembro de 2012.

Aprovado para publicação em 31 de outubro de 2012.